



3ª CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - TJES, considerando a previsão contida no inc IX do Art. 37 da Constituição Federal e no Regimento interno do TJES, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 5º da Lei Complementar Nº 1.086, de 21 de Junho de 2024.

RESOLVE:

DESIGNAR TEMPORARIAMENTE de acordo com a Lei Complementar Nº 1.086, por um período de 36 (trinta e seis) meses e/ou por necessidade da Administração Pública, os (as) candidatos (as) classificados no processo seletivo simplificado/ TJES Nº 01/2024.

Cargo - Atuação: Analista Judiciário DT - Desenvolvedor Full Stack

Os (as) candidatos (as) abaixo convocados (as) deverão encaminhar as cópias da documentação, conforme o item 8.3 do Edital via e-mail, contratacaodt@tjes.jus.br no período de 31/01/2025 até o dia 09/02/2025. A documentação descrita no item 8.3 deverá ser enviada na mesma ordem que descrita no Edital, em arquivo único, conforme abaixo em extensão .pdf:

- ☐ 8.3 Para efeito de formalização do contrato fica definida a apresentação de cópia legível, autenticada em cartório ou acompanhada do original, ou de consulta extraída de órgãos competentes para emissão, quando for o caso, dos seguintes documentos e dados pessoais:
 - a)** CPF ou comprovante de situação cadastral do CPF emitido pelo site da Receita;
 - b)** Carteira de Identidade (RG), com número, órgão expedidor e data de expedição;
 - c)** Certidão de nascimento ou casamento;
 - d)** Título de Eleitor;
 - e)** Comprovante de residência;
 - f)** Certificado de Reservista ou de Dispensa de Corporação, em caso de candidato brasileiro do sexo masculino;
 - g)** 01 (uma) foto 3x4 recente;
 - h)** Atestado **emitido por médico do trabalho** declarando a aptidão do candidato ao desempenho da função profissional;

Informações para a clínica: **CNPJ:** 27.476.100/0001-45

Razão Social: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Cargo: Conforme Edital

- i)** Documentação comprobatória das informações declaradas no ato de inscrição, a que se refere o item 6 e Anexo II e III deste Edital;
- j)** PIS/PASEP (se possuir na carteira de trabalho, previdência social ou cartão cidadão), ou o extrato da Caixa Econômica Federal e/ou do Banco do Brasil, emitido nas agências bancárias;
- k)** Qualificação Cadastral (acessar o endereço eletrônico www.esocial.gov.br ir no menu "consulta qualificação cadastral" e imprimir o comprovante); Requerida através do link: <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

- l) Certidões negativas da Justiça Militar da União e da Justiça Militar Estadual do Espírito Santo - Requerida através do link: <https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa>
- m) Certidões negativas crimes eleitorais e de quitação eleitoral da Justiça Eleitoral - Requerida através do link: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral/#/certidoes-eleitor>
- n) Certidões negativas da Justiça Federal do Espírito Santo, Cível e Criminal - Requerida através do link: <https://certidoes.trf2.jus.br/certidoes/#/principal/solicitar>
- o) Certidões negativas da Justiça Estadual do Espírito Santo, Cível e Criminal - Requerida através do link: <https://sistemas.tjes.jus.br/balcaovirtual-unidadejudiciaria/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUIISA.cfm> - escolher a opção 1ª e 2ª instância uma de cada vez;

Para auxiliar na conferência dos documentos, ao final desse, estaremos disponibilizando um checklist (Anexo I)

1. Os (as) candidatos (as) convocados (as) deverão encaminhar a documentação por e-mail, seguindo rigorosamente as instruções abaixo:

- ☐ No campo "ASSUNTO" o candidato deverá escrever no seguinte padrão:
- ☐ **Nº da inscrição – Nome completo do candidato – Nome do cargo que se inscreveu**, devendo ser encaminhado para o destinatário: contratacaodt@tjes.jus.br, conforme exemplo abaixo:

Exemplo: 12345 – ANA MARIA DA SILVA – Analista Judiciário - Inteligência Artificial.

- 1.1 O (a) candidato (a) deverá encaminhar em **ARQUIVO ÚNICO** todas as documentações.
- 1.2 Não serão aceitos documentos ilegíveis, com rasuras e/ou defeitos que dificultem a leitura, eliminando assim o candidato.
- 1.3 É de responsabilidade do (a) candidato (a) o envio da documentação, bem como se atentar para que a digitalização fique legível, arcando assim com as consequências de eventuais erros no procedimento de envio.
- 1.4 Serão desconsideradas as documentações entregues posteriores ao dia **09/02/2025**.
- 1.5 Os (as) candidatos (as) que tiverem a documentação aprovada, enviada conforme item 8.3, receberão por e-mail o contrato para a respectiva assinatura digital, bem como sua lotação.

Analista Judiciário - Área de Atuação: Desenvolvedor Full Stack	
Candidatos Classificados – AMPLA CONCORRÊNCIA	
Nº Inscrição	Nome
2585618	Agezandro Frederich Pratti

Analista Judiciário - Área de Atuação: Desenvolvedor Full Stack	
Candidatos Classificados – NEGROS	
Nº Inscrição	Nome
2585623	Maxson De Santana Carvalho

Observação: Não houve candidatos classificados para o cargo **Analista Judiciário - Área de Atuação: Desenvolvedor Full Stack** vagas PcD e Indígenas.

Desembargador Samuel Meira Brasil Junior
Presidente



Anexo I



Governo do Estado do Espírito Santo
Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Relação de Certidões e documentação para Posse Designação Temporário

Certidões

- ☐ **Consulta Qualificação Cadastral**
<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>
- ☐ **Certidão negativas da Justiça Militar da União**
<https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa>
- ☐ **Certidões negativas crimes eleitorais e de quitação eleitoral da Justiça Eleitoral**
<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor>
- ☐ **Certidões negativas da Justiça Federal do Espírito Santo, Cível e Criminal**
<https://certidoes.trf2.jus.br/certidoes/#/principal/solicitar>
- ☐ **Certidão Negativa da Justiça Federal do Espírito Santo (Cível e Criminal)**
<https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm>

Documentação

- ☐ **Uma Foto 3 x 4**
- ☐ **CPF - Cadastro de pessoas físicas**
- ☐ **RG - Carteira de Identidade**
- ☐ **Certidão de Nascimento / Casamento/ Casam. c/ Averbação em Divorcio/ União Estável**
- ☐ **Comprovante de Escolaridade Autenticado em Cartório (Diploma/Histórico Escolar)**
- ☐ **Título de Eleitor e Comprovações da Última Votação (1º e 2º turno)**
- ☐ **Certificado de Reservista (Para o gênero masculino)**
- ☐ **Comprovante de Residência Atual e com CEP**
- ☐ **Nº. de Conta no Banestes (Caso tenha ou solicitar para Abrir Conta)_____**
- ☐ **Nº. De PIS / PASESP**
- ☐ **Lauda Médico do Trabalho- ASO (COM CARIMBO DO MÉDICO DO TRABALHO)**

Telefones: _____

E-mail: _____

Vitória, ES, ____/____/____



Demais formulário para posse do cargo de designação temporária:

- 1) Ato de nomeação;
- 2) [Formulário II](#) – Declaração de Não Acumulação ou Acumulação Legal de cargo, emprego ou função pública municipal, estadual e federal – Servidor *; Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/Formulario-II-declaracao-de-nao-Acumulacao-3.pdf>
- 3) [Formulário III](#) – Cadastro Dados Pessoais – Servidor (devidamente preenchida e sem rasuras) *; Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/FORMULARIO-III-Ficha-Cadastral-3.pdf>
- 4) [Formulário IV](#) – Declaração de Utilização de Crachá *; Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/FORMULARIO-IV-declaracao-Utilizacao-de-Cracha-1.pdf>
- 5) Formulário VI – Termo de Compromisso de Posse – Servidor – [2ª-Instância](#) – 01 via; Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/FORMULARIO-VI-Termo-de-Posse-2a-Instancia-2.pdf>
- 6) [Formulário VII](#) – Termo de Localização e Exercício – Servidor. Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/FORMULARIO-VII-Termo-de-Exercicio-e-Localizacao-2.pdf>
- 7) [Formulário XII](#) – Declaração de Parentesco *; Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/FORMULARIO-XII-declaracao-de-Parentesco-2.pdf>
- 8) [Formulário XV](#) – Inclusão de Dependentes para Imposto de Renda (se for opção do nomeado. Na hipótese da solicitação de inclusão de filho(s), esta declaração deverá ser assinada também pelo cônjuge/companheiro (a) do requerente, no caso de dependentes comuns, em conformidade com o § 6º do art. 90 da Instrução Normativa nº 1500/2014 da SRF. Na hipótese de filhos de pais separados, a declaração deve estar acompanhada do comprovante de guarda, tendo em vista que o contribuinte pode considerar, como dependentes, os que ficarem sob sua guarda em cumprimento de decisão judicial ou acordo



homologado judicialmente, em conformidade com o § 3º da Instrução Normativa nº 1500/2014 da SRF)*; Se optar pela inclusão de independentes apresentar: Comprovante de relação de dependência em conformidade com o artigo 38 da Instrução Normativa nº 15/2001 da Secretaria da Receita Federal. Relação dos comprovantes. Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/FORMULARIO-XV-Inclusao-de-dependente-2.pdf>

- 9) [Formulário XVI](#) – Declaração de Probidade *; Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/PDF/FORMULARIO%20XVI%20-%20Declaracao%20Probidade%20Administrativa.pdf>
- 10) [Formulário XXXVI](#) – Declaração de não condenação pela “Lei Maria da Penha”; Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/Formulario-XXXVI-DECLARACAO-LEI-MARIA-PENHA-2.pdf>
- 11) [Formulário XIX – Declaração de que não foi Demitido/Exonerado a Bem do Serviço Público](#). Prazo: 30 dias da NOMEAÇÃO. Disponível em: <https://www.tjes.jus.br/PDF/FORMULARIO%20XIX%20-%20-%20-%20DECLARACAO%20CERTIDAO%20ORGAO%20editavel.pdf>

->ATENÇÃO! Todos os formulários supracitados devem ter data igual ou posterior à publicação do ato de nomeação no e-Diário.

***Notas:**

- a) Os formulários citados acima podem ser acessados pelo site www.tjes.jus.br, por meio do link <https://www.tjes.jus.br/formularios-np-02/>;
- b) A Declaração de Probidade Administrativa não exige o servidor da apresentação das certidões/declarações dispostas no Anexo I da Resolução TJES nº 50/2012 (Ficha Limpa);